

DEMOCRACIA SOB ATAQUE

De frente com comandantes

Lula se reúne com cúpula das Forças Armadas, em um movimento para distensionar as relações entre militares e governo

» INGRID SOARES
» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**
» VICTOR CORREIA

Ricardo Stuckert/Divulgação



O encontro do presidente Lula com os chefes militares foi organizado pelo ministro da Defesa, José Múcio Monteiro

Em meio à tensão entre militares e o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se reunirá hoje, às 10h, no Palácio do Planalto, com o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e com os comandantes do Exército, general Júlio César de Arruda; da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Kanitz Damasceno.

Oficialmente, a pauta é a modernização das Forças Armadas, mas Lula deve falar sobre a despolitização das três instituições e os atos golpistas em 8 de janeiro.

O entendimento do presidente e de ministros próximos é que há necessidade de pacificar a relação com as Forças Armadas, apesar da participação de militares — por omissão ou conivência — nos atos terroristas. Há relatos, por exemplo, de membros do Batalhão da Guarda Presidencial que tentaram impedir a prisão de bolsonaristas que invadiram o Palácio do Planalto. “Não quero ter problemas com as Forças, não quero que eles tenham problemas comigo. Quero que a gente volte à normalidade. As pessoas estão aí para cumprir suas funções, e não para fazer política”, enfatizou Lula, na semana passada.

O clima, porém, é tenso, porque Lula já admitiu, mais de uma vez, não confiar em parte dos militares. Na entrevista que deu à Globonews, na quarta-feira, o presidente foi categórico ao afirmar que “todos que participaram do ato golpista serão punidos”. “Todos. Não importa a patente, não importa a força de que ele participe.”

Ele também frisou que “quem quiser fazer política, tire a farda, renuncie ao seu cargo, crie um partido político e vá fazer política”. E disse que os serviços de inteligência do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e de Exército, Marinha e Aeronáutica não serviriam

para avisá-lo que a manifestação bolsonarista poderia resultar no vandalismo que ocorreu no dia 8 de janeiro. O presidente ainda repetiu que as portas do Palácio do Planalto foram abertas para os golpistas deliberadamente.

Reação

As críticas dele à caserna provocaram reação. O general da reserva Sérgio Etchegoyen, ministro do GSI durante o governo Michel Temer, declarou que “um presidente da República, comandante supremo das Forças Armadas, que vai à imprensa dizer que não confia nas suas Forças Armadas, sabe, desde já, que nenhum general vai convocar uma coletiva para responder à ofensa. Então, isso é um ato de profunda covardia”, disparou.

Também fez azedar mais as relações a série de dispensas de militares feita por Lula. Ele exonerou, até a noite de ontem, um total de 56 integrantes das Forças Armadas que atuavam no Palácio do Planalto, sendo 13 do GSI, e nas residências oficiais da Presidência, o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto.

Do lado do governo, as exonerações foram normalizadas. O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, disse, na terça-feira, que as mudanças são comuns. “As trocas de assessores, que são cargos comissionados, estão ocorrendo em todos os ministérios, e elas ocorrerão independentemente de serem militares ou civis. Vocês verão essas trocas mais intensas a partir do dia 23, quando roda a chave no sistema para que os novos ministérios passem a existir nos sistemas eletrônicos,

nos sistemas digitais do governo. Portanto, o grosso das nomeações, das exonerações, será feito a partir do dia 23 até o final do mês”, ressaltou.

Segundo Rui Costa, “não se trata de confiança”. “Mesmo dentro das áreas militares nós trocamos comandantes. É natural que todos os outros assessores, mesmo dentro das Forças Armadas, haja um rodízio, para dar oportunidade a outros militares, até porque outras pessoas têm capacidade técnica para poderem exercer esses cargos. Não tem nenhuma novidade ou mistério”, acrescentou.

Ontem, questionado pelo **Correio** sobre a avaliação que faz das investigações a respeito dos atos terroristas, Rui Costa respondeu que os trabalhos estão seguindo seu curso normal e que “chegarão aos culpados”.

» No encontro, o presidente da Fiesp

O presidente da Fiesp, Josué Gomes, participará da reunião de Lula com os comandantes militares. Ele foi chamado pelo chefe do Executivo para apresentar à cúpula das Forças Armadas um projeto de modernização da base industrial de defesa. A pedido de Lula, a Defesa vai levar um documento com o andamento e as necessidades orçamentárias do Exército, Marinha e Aeronáutica. O foco são os projetos estratégicos. Todos tiveram impulsionamento inicial nos primeiros mandatos de Lula.

Ameaças de ex-GSI

Homem que exerceu função de confiança no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) sob o comando do general Augusto Heleno por três anos, o coronel do Exército José Plácido Matias dos Santos defendeu, em 8 de janeiro, que coronéis com comando de tropa se rebelassem e “entrassem no jogo, desta vez do lado certo”. O oficial se dirigiu diretamente ao comandante do Exército, general Júlio César de Arruda, para que ele se colocasse à frente de um golpe de Estado.

“General Arruda, o Brasil e o Exército esperam que o senhor cumpra o seu dever de não se submeter às ordens do maior ladrão da história da humanidade. O senhor sempre teve e tem o meu respeito. Força!”, escreveu Plácido no Twitter. Ele e outros oficiais, além de bolsonaristas civis, nos dias que antecederam e na data do ataque às sedes dos três Poderes, vieram em coronéis com comando de tropa uma alternativa aos generais que se recusavam a agir para impedir a posse de Luiz Inácio Lula da Silva.

Plácido, que foi nomeado em fevereiro de 2019 na Assessoria de Planejamento e Assuntos Estratégicos da Secretaria Executiva do GSI, postou ainda no dia 8: “Brasília está agitada com a ação dos patriotas. Excelente oportunidade para as FA (Forças Armadas) entrarem no jogo, desta vez do lado certo. Onde estão os briosos coronéis com tropa na mão? No mesmo dia, o coronel da reserva fez postagem em que atacava o ministro da Justiça, Flávio Dino: “Sua purpurina vai acabar”. Plácido ficou no GSI até março de 2022.

Ofensas

Oficial da Arma de Infantaria, ele tem curso de forças especiais, como outros suspeitos de incentivar a quebra de hierarquia. Dois dias antes, havia atacado o comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen. “Marinha do Brasil! Sai um herói patriota, entra uma prostituta do ladrão, com o devido respeito a elas. Venha me punir, almirante, e me distinga em definitivo da sua estirpe.” Ele se referia ao fato de o almirante Almir Garnier ter se recusado a passar o comando da Marinha em protesto contra Lula. Na posse, Olsen agradeceu ao presidente.

No dia seguinte aos ataques extremistas em Brasília, o general Arruda se reuniu com Dino e os ministros José Múcio (Defesa) e Rui Costa (Casa Civil). No encontro, decidiu-se cumprir na manhã do dia 9 a ordem de prisão contra os cerca de 1,2 mil acampados em frente ao Quartel-General do Exército, em Brasília.

No dia seguinte aos ataques, Plácido afirmou que centenas de oficiais da ativa tinham participado dos atos. Nenhum foi identificado. Até agora, o Exército puniu o coronel da reserva Adriano Testoni, que foi aos atos e ofendeu generais. Segundo o comando da Força, Plácido também será investigado. O oficial apagou, ontem, parte de suas publicações.

Outro oficial que incentivou a ação em Brasília foi o coronel Fernando Montenegro. No Twitter, ele fazia enquetes defendendo “intervenção militar”. Montenegro teve a conta bloqueada pela Justiça em dezembro, mas continuou ativo. No dia 8, enviou mensagem aos radicais em Brasília: “Façam o que deve ser feito”.

As manifestações dos coronéis ocorreram após o assédio a generais da ativa fracassar. Desde novembro, o Comando do Exército era alvo de pressões de bolsonaristas para não reconhecer o resultado da eleição.

Jobim critica prisão “de todo mundo”

Ministro da Defesa durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, Nelson Jobim afirmou, ontem, que apoia a permanência do atual ministro da pasta, José Múcio Monteiro, após os atos golpistas em 8 de janeiro. Ele argumentou que Múcio tem habilidade na interlocução com as Forças Armadas e destacou a importância de se nomear um civil para a chefia do ministério após o fim do governo Jair Bolsonaro, quando se fortaleceu um processo de militarização da Defesa.

“Temos hoje um homem competente na Defesa, que é José Múcio”, afirmou o ex-ministro. “Fernando Henrique Cardoso começou esse processo de entregar o comando (da Defesa) para um civil, e isso foi progressivo. O processo de militarização da Defesa começou primeiro com o ministro Aldo Rebelo, no governo Dilma, quando ele indicou o militar Silva e Luna para secretário-geral, que é o cargo civil mais importante”, frisou, durante seminário promovido pela Fundação Fernando Henrique Cardoso. “Depois, no governo Temer, houve também um problema quando criou-se o Ministério da Segurança Pública, e o general Silva e Luna subiu para a Defesa.”

Ele afirmou que Bolsonaro “militarizou toda a estrutura” e argumentou que o ministério deve ter um civil que circule bem entre militares e políticos. “Múcio tem habilidade para tanto”, disse.

Após a invasão às sedes dos Três Poderes em Brasília, uma ala do PT passou a pressionar para a

demissão de Múcio, argumentando que o ministro não deu uma resposta “firme” aos problemas de segurança observados em 8 de janeiro. Petistas também esperavam uma postura mais “agressiva” de Múcio contra os bolsonaristas que acampavam na frente dos quartéis e se frustraram quando o ministro afirmou que não desmobilizaria “ninguém na marra”.

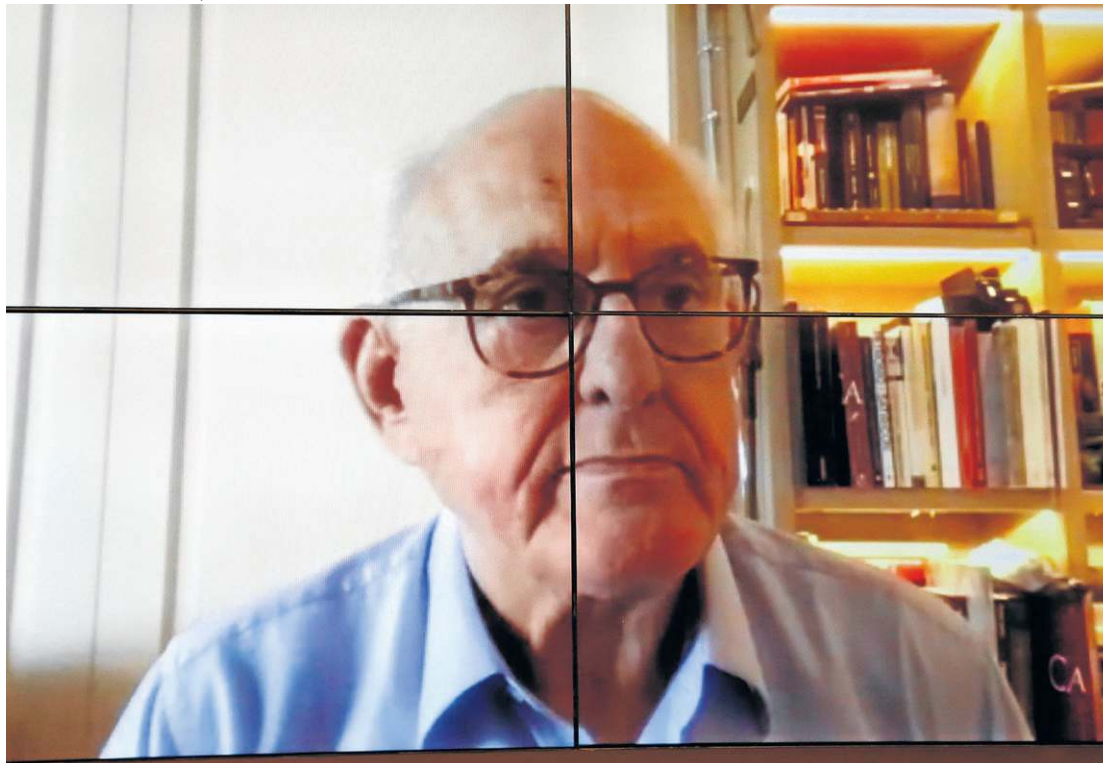
Jobim citou as recentes declarações de Lula que provocaram mal-estar com as Forças Armadas. Na semana passada, o presidente afirmou que os militares “não são poder moderador como pensam que são”. O ex-ministro lembrou que, em 2020, uma liminar do ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, deixou claro que as Forças Armadas não são poder moderador, e criticou o fato de o petista ficar “retomando assuntos”.

“Há um extenso voto de Fux deixando isso claro. As Forças Armadas não são poder moderador. Não tem essa discussão”, afirmou Jobim. Na liminar em questão, formulada em resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo PDT, Fux afirmou que o poder das Forças Armadas é limitado, “excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes”.

Retaliação

O ex-ministro defendeu que a reação aos atos golpistas de 8 de janeiro ocorra com “destreza e sapiência”, sem “retaliação”.

Elaine Menke/Câmara dos Deputados



O ex-ministro defendeu que a reação aos atos golpistas de 8 de janeiro ocorra com “destreza e sapiência”

Segundo ele, determinar a prisão de “todo o mundo” radicaliza a sociedade e fortalece Bolsonaro. “Se os democratas começarem a agir de acordo com o fizeram (os extremistas), fazendo uma retaliação, surge uma radicalização e se fortalece o Bolsonaro”, sustentou.

“Para se ter apoio é preciso ter um inimigo. Precisamos ter sapiência ao tratar o ocorrido no dia 8. Não se pode induzir que, daquela multidão, todos foram para fazer quebra-quebra.

Havia pessoas com criança no colo, que estavam lá para fazer uma manifestação.”

Ele se disse contra, no mérito, à prisão do ex-secretário de Segurança Pública do DF Anderson Torres e do ex-comandante da Polícia Militar do DF, Fábio Augusto Vieira. Defendeu que a melhor maneira de desmobilizar os extremistas não é por meio do confronto, mas do estímulo ao crescimento de uma direita democrática que, segundo destacou, pode assumir o

espaço que hoje é ocupado pelo bolsonarismo.

“Prender todo mundo só radicaliza. Precisamos estimular a formação da direita democrática, encontrar líderes para a direita democrática, pois é ela que tem potencial para reduzir o bolsonarismo e o extremismo da extrema direita”, avaliou. “O bolsonarismo vai desaparecer se tivermos a habilidade de desmanchá-lo por dentro, estimulando o crescimento da direita democrática. Não faremos isso na base do confronto.”